

## RESENHA DO ARTIGO INTITULADO “CPC 27: OS REFLEXOS DO NOVO TRATAMENTO CONTÁBIL DOS INVESTIMENTOS EM ATIVO IMOBILIZADO”<sup>1</sup>

### CPC 27: THE REFLECTIONS OF THE NEW ACCOUNTING TREATMENT OF INVESTMENTS IN FIXED ASSETS

**Adriana de Moura Barbosa**

 <https://orcid.org/0000-0001-8355-2051>

 <http://lattes.cnpq.br/4463483745939034>

UniProcessus – Centro Universitário Processus, DF, Brasil

E-mail: dianymoura@hotmail.com

**Andreia de Moura Barbosa**

 <https://orcid.org/0000-0002-6536-3852>

 <http://lattes.cnpq.br/2179403616745847>

UniProcessus – Centro Universitário Processus, DF, Brasil

E-mail: andreiamoura979@gmail.com

**João Carlos Gonçalves**

 <https://orcid.org/0000-0001-5167-8135>

 <http://lattes.cnpq.br/9535681858709853>

Universidade de Brasília, UnB, DF, Brasil

E-mail: joca.goncalves@yahoo.com.br

#### Resenha da obra:

DORNELLES, Daniel dos Santos; ROCHA, João Marcos Leão da. **CPC 27: os reflexos do novo tratamento contábil dos investimentos em Ativo Imobilizado**. 2011. 26 f. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) - Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

#### Resumo

Esta é uma resenha do artigo intitulado “CPC 27: Os reflexos do novo tratamento contábil dos investimentos em ativo imobilizado”. Este artigo é de autoria de: Daniel dos Santos Dornelles; João Marcos Leão da Rocha. O artigo aqui resenhado foi publicado no banco de dados da Universidade Federal do Rio Grande do Sul”, no Ano 2011.

**Palavras-chave:** Pronunciamento Técnico CPC 27. Ativo Imobilizado. Ativo Imobilizado.

#### Abstract

*His is a review of the article entitled “CPC 27: The reflexes of the new accounting treatment of investments in fixed assets”. This article is authored by: Daniel dos*

---

<sup>1</sup> A revisão linguística desta resenha foi realizada pelos próprios autores.

*Santos Dornelles; João Marcos Leão da Rocha. The article reviewed here was published in the database of the Federal University of Rio Grande do Sul, in 2011.*

**Keywords:** *Technical Pronouncement CPC 27. Fixed Assets. Permanent assets.*

### Resenha

Esta é uma resenha do artigo intitulado “CPC 27: Os reflexos do novo tratamento contábil dos investimentos em ativo imobilizado”. Este artigo é de autoria de: Daniel dos Santos Dornelles; João Marcos Leão da Rocha. O artigo aqui resenhado foi publicado no banco de dados da Universidade Federal do Rio Grande do Sul”, no Ano 2011.

No que diz respeito aos autores deste artigo, é importante compreender a formação ou a experiência desses autores, visto que a experiência de cada autor exerce influência na forma que ele vai refletir seus temas e no modo que ele se propõe a escrever. Desse modo, iremos conhecer brevemente acerca da trajetória de cada autor.

O primeiro autor deste artigo é Daniel dos Santos Dornelles. Graduado no curso de Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O primeiro autor não possui currículo cadastrado na Plataforma Lattes.

O segundo autor deste trabalho, no caso orientador, é Nome Completo do Segundo Autor quando houver. Graduado em Ciências Contábeis pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1973) e mestre em Administração, com área de concentração Contabilidade e Finanças pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2002). Atualmente é professor titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, atuando principalmente nas seguintes áreas: Análise de Demonstrações Contábeis, Contabilidade Governamental, Orçamento Público, Contabilidade Societária e Contabilidade Internacional. É Coordenador do Curso de Ciências Contábeis da UFRGS. Também é Coordenador do Curso de Pós-Graduação *Latu Sensu* na área de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. O link do seu currículo na plataforma lattes é o seguinte: <http://lattes.cnpq.br/6938242879429223>.

Este artigo é dividido nos seguintes capítulos: resumo, palavras-chave, *abstract*, *keywords*, introdução, procedimentos metodológicos, capítulos abordando: o ativo imobilizado; reconhecimento; depreciação; vida útil; comitê de pronunciamentos contábeis; pronunciamento técnico CPC 27 – ativo imobilizado; reavaliação de ativos; revisão da vida útil; redução ao valor recuperável de ativos; e as considerações finais.

No resumo do trabalho consta: O presente estudo possui o objetivo de apresentar as principais mudanças trazidas pela adoção do Pronunciamento Técnico CPC 27, em cumprimento às exigências estabelecidas da Lei 11.638/2007, no tratamento dos investimentos realizados em ativo imobilizado pelas empresas e os seus reflexos para as entidades e os profissionais contábeis. Para chegar a este objetivo, foi feita uma pesquisa qualitativa em referenciais teóricos bibliográficos relacionados ao tema e retirado de livros, periódicos, revistas, pronunciamentos contábeis, legislação e informações

obtidas de páginas na *internet*. A pesquisa ressalta as mudanças a partir da adoção do Pronunciamento Técnico CPC 27 e o entendimento do seu objeto de estudo, os ativos classificados como imobilizados pelas empresas. Houve também uma busca por conceitos que identificam um ativo imobilizado, partindo do seu reconhecimento pela entidade e dos efeitos a que ele se submete enquanto parte do patrimônio da entidade que o controla. Esses conceitos contemplam a classificação de um investimento como ativo imobilizado, seus custos, determinação da vida útil econômica e, conseqüentemente, os critérios para a sua depreciação. Quando apresentado todos esses conceitos, o artigo os relaciona com a visão do pronunciamento e o reflexo na sua adoção. É importante observar que além das alterações, as adições às práticas já adotadas para que o instrumento sirva à contabilidade na sua integralidade e crescente qualidade no padrão contábil brasileiro. Com um papel extremamente importante nessa transição, o profissional contábil deve ser capaz de captar não só as alterações relativas às práticas, mas sim, o contexto e sua importância para a contabilidade enquanto ciência e instrumento de informação econômica a serviço da sociedade.

O tema deste artigo é “CPC 27: Os reflexos do novo tratamento contábil dos investimentos em ativo imobilizado”. Foi discutido o seguinte problema: “quais as principais mudanças trazidas pela adoção do Pronunciamento Técnico CPC 27, no que diz respeito ao cumprimento das exigências estabelecidas na Lei 11.638”. O artigo partiu da seguinte hipótese: “O reconhecimento desses aspectos, alinhados com as exigências do novo pronunciamento, afetam diretamente os profissionais da área contábil, visto que é necessária reformulação dos conceitos já conhecidos, adaptação dos mesmos e disposição para compreensão daqueles relacionados às mudanças”.

Neste artigo, o objetivo geral foi “apresentar as principais mudanças trazidas pela adoção do Pronunciamento Técnico CPC 27, em cumprimento às exigências estabelecidas pela Lei 11.638, no tratamento dos investimentos realizados em ativo imobilizado pelas empresas”. Os objetivos específicos foram: “analisar o ativo imobilizado; e apresentar o comitê de pronunciamentos contábeis - CPC”.

O trabalho não fez a apresentação das justificativas no âmbito pessoal, científico e social. Apenas apresentou a relevância da discussão colocando “A relevância da compreensão da nova linguagem, para atender os padrões internacionais e agregar mais qualidade e transparência são essenciais para que o processo possa ser bem sucedido e atender os seus objetivos”.

A metodologia utilizada para a construção da pesquisa utilizada no artigo aqui analisado foi a pesquisa bibliográfica, uma vez que seu referencial foi extraído de livros, periódicos, pronunciamentos, normas contábeis e informações obtidas de publicações em páginas na internet e proporcionam informações para o cumprimento de seus objetivos.

No primeiro capítulo do trabalho, quando aborda sobre ativo imobilizado, o autor discute que eles devem ser definidos como potenciais de fluxos de serviços ou direitos a benefícios futuros sob o controle de uma organização. No

caso, esses ativos são recursos controlados pela empresa capazes de gerar fluxos futuros positivos de caixa. O trabalho evidencia a característica que possibilita a classificação de uma saída de recurso da empresa como ativo. Tal desembolso é assim classificado pela sua capacidade de gerar benefícios futuros à entidade através da geração de fluxos de caixa. Do contrário, seria classificado como uma despesa, com impacto direto no resultado da instituição.

Na segunda seção do primeiro capítulo, o autor aborda que, para que o custo possa ser mensurado confiavelmente, a entidade deve observar todos os valores pagos desde o instante da aquisição até o momento em que o bem é efetivamente colocado em uso. Além de colocar que para o reconhecimento de um bem como ativo imobilizado, devem ser observados todos os custos necessários para que ele possa estar em condições de operar.

Quando aborda a depreciação no segundo capítulo, o autor traz que os bens que figuram o ativo imobilizado, por serem bens corpóreos, estão sujeitos ao desgaste físico devido à exposição a condições adversas. Esse comprometimento das propriedades físicas é denominado depreciação. Colocando que a depreciação dos bens será representada pela alocação sistemática do custo dos ativos em despesa ou custo, dependendo do uso do ativo dentro da organização.

Ainda sobre o ativo imobilizado, o autor quando aborda sobre a vida útil discute que ela é um ativo definido pela expectativa de uso que a entidade pressupõe utilizá-lo a partir de seus registros de uso com bens semelhantes e nas mesmas condições. É o período em que a entidade espera contar com esse bem na manutenção de suas atividades. Sua definição também é responsável pela definição do período no qual o bem será depreciado, visto que a estimativa da vida útil da depreciação de um bem, geralmente, é atribuída pelas entidades com base no histórico de itens semelhantes registrados no imobilizado, ou obediência das orientações estabelecidas pelos critérios fiscais em relação à classe do bem.

No capítulo acerca do comitê de pronunciamentos contábeis o autor coloca que o processo tem o foco em harmonizar o padrão contábil brasileiro ao internacional contando com a atuação do CPC na emissão e divulgação dos pronunciamentos. Ao centralizar as informações, o órgão presta um importante papel referencial aos profissionais da categoria e aos demais órgãos que tratam das matérias contábeis e econômicas no Brasil. Apesar de sua estrutura ser fornecida pelo CFC, o CPC é um órgão autônomo.

Ao abordar o pronunciamento técnico CPC 27 – ativo imobilizado, é feita uma ressalva ao adotar esse instrumento na contabilização dos investimentos em ativo imobilizado, a entidade usa práticas de acordo com as adotadas no padrão internacional através da *IAS 16 Property Plant and Equipment* emitida pelo *IASB*. Além dos conceitos já apresentados ao longo dos itens que foram tratados pelo artigo, nas definições de ativo imobilizado e os fatores que afetam sua mensuração, o CPC 27 reforça as características que figuram um ativo passível de ser classificado como imobilizado pela entidade que detém seu controle.

Quanto aos resultados, o autor coloca que o Pronunciamento Técnico CPC 27, apresentou várias mudanças no tratamento já conhecido em relação a esses investimentos, voltado para os investimentos realizados em ativos classificados como imobilizados. Sendo assim, torna-se fundamental a compreensão dessas modificações por parte dos profissionais da classe contábil tanto para as empresas quanto para o contador como profissional bem sucedido.

### Referências

DORNELLES, Daniel dos Santos; ROCHA, João Marcos Leão da. **CPC 27: os reflexos do novo tratamento contábil dos investimentos em Ativo Imobilizado**. 2011. 26 f. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) - Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como elaborar uma resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 3, n. 7, p. 95–107, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3969652. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/41>>. Acesso em: 3 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Modelo de resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista Processus Multidisciplinar**. Vol. 1, n. 2, p. 04-07, ago. 2020. Disponível em: <<http://periodicos.processus.com.br/index.php/multi/article/view/225>>. Acesso em: 03 ago. 2021.